



**CRÍTICA**  
marxista

# *Para realizar a América,* de Richard Rorty, e sua recepção no Brasil

SUZE DE OLIVEIRA PIZA\*

COMENTÁRIOS

Richard Rorty, um dos filósofos mais festejados no meio acadêmico contemporâneo, teve traduzido no Brasil em 1999, sob coordenação de Paulo Ghiraldelli Jr., seu livro *Achieving our Country – leftist thought in Twentieth-Century America*, com o título *Para realizar a América: o pensamento de esquerda no século XX na América*<sup>1</sup>. No início de 2000, Renato Janine Ribeiro consagrou-lhe a resenha “Os pecados da democracia americana”, que suscitou uma réplica do tradutor Ghiraldelli. No comentário que segue, examinaremos criticamente não só as principais questões levantadas por Rorty, mas também a

apresentação de seu livro por parte dos dois referidos intelectuais brasileiros.

## Um “liberal romântico burguês”

Richard Rorty nasceu em 4 de outubro de 1931, na cidade de Nova Iorque. Cresceu, como relata em *Para realizar a América*, “numa esquerda reformista anticomunista, em meados do século”, inserido em um meio que conciliava anti-stalinismo com ativismo social esquerdista. “Naquele círculo”, diz-nos Rorty, “patriotismo americano, economia redistributivista, anticomunismo e pragmatismo de Dewey caminhavam juntos, fácil e naturalmente”<sup>2</sup>.

\* Mestranda em Filosofia pelo IFCH – UNICAMP.

<sup>1</sup> Tradução de Paulo Ghiraldelli Jr., Alberto Tosi Rodrigues e Leoni Henning, Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

<sup>2</sup> Richard Rorty, *Achieving our Country*, Harvard University, 1998. Tradução brasileira *Para realizar a América*, Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 98.



Rorty é um autoproclamado liberal romântico burguês ou, como também se apresenta, um burguês liberal pós-moderno, que crê na capacidade de reformas gradativas fazerem avançar, através do alargamento da solidariedade, a justiça econômica e as liberdades dos cidadãos. É cético em relação ao que denomina radicalismo, ou seja, é contra qualquer espécie de revolução, rejeita o pensamento político que busca revelar as, segundo ele, “obscuras e sistemáticas causas da injustiça e exploração dos homens e que, partindo desta base, propõe mudanças de vasto alcance aos conjuntos de coisas e direitos”<sup>3</sup>.

Para Rorty, a tarefa do intelectual, com respeito à justiça social, não é aperfeiçoar a teoria social, mas propiciar a sensibilização para o sofrimento dos outros e aprimorar, aprofundar e expandir nossa capacidade de nos identificarmos com outros, de pensar nos outros como em nós mesmos em termos moralmente relevantes. O liberalismo reformista com seu compromisso com a expansão das liberdades democráticas em solidariedades políticas sempre mais abrangentes é, na visão de Rorty, uma contingência histórica que não tem, e não necessita, de nenhuma fundação filosófica. Reconhecer a contingência desses

valores e do vocabulário no qual eles são expressos, conservando os compromissos, é a atitude do liberal. Ele tem a capacidade de combinar a consciência da contingência de seu próprio vocabulário avaliativo com um compromisso para reduzir o sofrimento – em particular, com o de combater a crueldade.

Seria de esperar da crítica de Rorty àquela parte da esquerda que pretende elaborar teorias sobre a injustiça social uma efetiva contraproposta. Mas, ao contrário, ele transforma uma questão eminentemente política em um problema de sensibilidade (basta desenvolver o sentimento de solidariedade, a sensibilização com o sofrimento do outro) e, marcando a preocupação da corrente filosófica pragmatista com a linguagem, de escolha de um vocabulário adequado, aliada ao compromisso de reduzir a crueldade. Segundo ele, não é necessária uma fundamentação filosófica para o liberal resolver os problemas políticos. Por fim, ele prega que devemos ver o outro como a nós mesmos, isto é, que nos identifiquemos com “o outro”. E com isso incorre em velho erro: o norte americano e o europeu sempre viram “o outro” a partir de si mesmos, e, portanto, não têm a mínima noção do que “o outro” é de fato<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Richard Rorty, *Objectivity, Relativism, and Truth*. Philosophical Papers, Volume 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, Parte III.

<sup>4</sup> Rorty ao tratar desta questão afirma que Levinas gera apenas um aborrecimento ao desenvolver a noção de responsabilidade infinita (Rorty, *Para realizar a América*, op. cit., p. 133).



Os textos de Rorty, que vão da estrita filosofia à psicanálise, às ciências sociais e à crítica cultural e política, têm tido eco em nosso país. Nos últimos anos, vários de seus principais livros foram traduzidos para o português. Com o apoio de Paulo Ghiraldelli Jr., seu pensamento foi divulgado pelas universidades brasileiras, exercendo grande influência na educação. Em sua já referida resenha, Renato Janine Ribeiro chama a atenção para a “crítica mais interessante do livro”, a saber, a que se dirige aos herdeiros da nova esquerda<sup>5</sup>, oriunda da revolta contra a guerra do Vietnã, desencadeada justamente pelos membros do Partido Democrata mais ligados aos ideais de justiça social dentro dos EUA. Enquanto submetia o Vietnã a um dilúvio de bombas, o presidente Lyndon Johnson quebrava as bases da discriminação racial no sul dos Estados Unidos. Uma política interna progressista convivia com uma externa agressiva. Para Rorty, aqui começa o que Janine chama de “o pecado da democracia americana”: a nova esquerda, criticando o imperialismo, não teve eco nos sindicatos e, não podendo agir politicamente, refugiou-se nas universidades e numa crítica filosófica hermética. Tornou-se apenas cultural.

A mensagem de Rorty é clara: retomar a aliança reformista que gerou o “New Deal político” e ser fiel ao país dos sonhos dos americanos para que um dia este seja construído. Se a esquerda reformista se equivocou ao ignorar muitas vezes as minorias, beneficiando apenas os brancos, é porque acreditava que, com uma economia capitalista reformada, os maus-tratos aos fracos e a discriminação racial diminuiriam<sup>6</sup>. Sustenta que a “esquerda cultural” contemporânea deveria se transformar “a si mesma, iniciando relações com o resíduo da velha Esquerda Reformista (...) e deveria tentar mobilizar o que resta do orgulho de ser americano”<sup>7</sup>. Este tema ocupa, aliás, a terceira parte e também a conclusão do livro. Em síntese, Rorty preconiza uma “moratória da teoria”, permitindo reunir os progressistas numa prática reformista:

... uma das transformações essenciais pelas quais a Esquerda Cultural terá de passar é o abandono de seu antiamericanismo semiconsciente, (...) parar de inventar nomes cada vez mais abstratos e abusivos para “o sistema” e começar a tentar construir imagens inspiradoras do país<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> Rorty refere-se diretamente ao sociólogo C. Wright Mills (1916-1962) e a C. Lasch (1932-1994) historiador, educador e crítico social, p. 93.

<sup>6</sup> Rorty, *Para realizar a América*, op. cit., p.112.

<sup>7</sup> *Ib.*, p. 128.

<sup>8</sup> *Ib.*, p. 135.



Esta crítica, dirigida aos herdeiros da nova esquerda, é considerada, na resenha de Janine, como a “mais interessante do livro”, não obstante nada mais propor, como alternativa, do que uma esquerda de sentimentos solidários, construtora de imagens que reforcem “episódios e figuras do passado da nação, aos quais o país deve permanecer fiel”<sup>9</sup> e que recomenda substituir os programas políticos por uma ação gradativa, sem considerar as causas da injustiça social<sup>10</sup>.

Toda a argumentação de *Para realizar América* está fundada na proposta de uma reavaliação do orgulho nacional (norte-americano), segundo o autor, hoje monopolizado pela direita, mas que deve ser recuperado pela esquerda. As primeiras frases do livro são claras a este respeito: “O orgulho nacional é, para os países, o que a auto-estima é para o indivíduo: uma condição necessária para o auto-aperfeiçoamento”<sup>11</sup>. Daí segue um elogio aos “homens bons”, que, sem deixar de ter orgulho de ser “americanos”, eram progressistas, democratas e lutaram cada um à sua maneira pela realização dos Estados Unidos. Na primeira parte do livro, faz desfilar uma lista de romances americanos que

desvalorizaram (devem, portanto, ser rechaçados) e outra de romances que valorizaram o orgulho nacional (devem, portanto, ser elogiados). Entre estes, Rorty aponta Walt Whitman e John Dewey como os melhores representantes do que denomina “esquerda reformista”.

### **Orgulho nacional, democracia, esquerda**

Ao longo de toda a sua exposição, Rorty preocupa-se em definir o vocábulo *esquerda*. Não se identificando com outros que também se dizem de esquerda, explica que existe uma esquerda comunista e uma esquerda anticomunista, que por sua vez pode ser reformista ou cultural. A esquerda reformista crê em uma espécie de capitalismo reformado, ou até de “socialismo”. Em uma entrevista de 1998, questionado sobre como seria possível compatibilizar socialismo e anticomunismo, respondeu: *what's the problem?*<sup>12</sup>.

Para Rorty a ligação entre orgulho nacional, democracia e postura de esquerda deve ser revalorizada. Um elemento complementa e dá força ao outro. Não é por que historicamente o orgulho americano e a democracia americana nem sempre (ou quase

<sup>9</sup> *Ib.*, p. 39.

<sup>10</sup> Boa parte do livro trata da diferenciação entre uma esquerda agente e uma esquerda espectadora, e é óbvio que Rorty se coloca do lado dos agentes que criam imagens positivas do país.

<sup>11</sup> *Ib.*, p. 39.

<sup>12</sup> Entrevista citada por Alberto Tosi em resenha ao livro difundida pela internet.



nunca?) rumaram para a concretização de um mundo mais justo que devem ser dissociados. Se o país cometeu erros, não podemos nos esquecer de que a democracia é capaz de autocorreção; não se deve descrever dessa capacidade, ou pensaríamos o país pelo pecado e não pelo seu potencial, pelo passado e não pelo futuro:

O tipo de orgulho que Whitman e Dewey desejaram que os americanos sentissem é compatível com a lembrança de que as fronteiras foram expandidas massacrando tribos que bloqueavam nosso caminho, que foi quebrada a palavra empenhada no tratado de Guadalupe Hidalgo<sup>13</sup> e que causou-se a morte de um milhão de vietnamitas por pura arrogância machista.

Mas alguém poderia protestar, não há nada incompatível com o orgulho nacional americano? Penso que a resposta de Dewey e Whitman é que há muitas coisas que moderariam tal orgulho e o tornariam mais reservado, mas que nada que uma nação tenha feito impede uma democracia constitucional de recobrar sua auto-estima<sup>14</sup>.

Se seguirmos Rorty e desconsiderarmos o fato de que historicamente a democracia “americana” não nos levou a um mundo mais justo, devemos esperar que, recobrando a auto-estima, ela corrigirá os erros cometidos? Mas de que adiantaria a democracia recobrar sua auto-estima para aqueles que lhes sofreram os “erros”: crimes, chacinas, extermínios; que tipo de correção se aplicaria a estes casos? A tese de que não se deve pensar na democracia pelos seus pecados e que devemos apostar em seu *poder construtor* seria, segundo Janine, “a nota mais preciosa do livro”, mesmo porque a obsessão pela pureza é própria à direita americana:

A esquerda deve lembrar que a obsessão pelo pecado é um traço distintivo da direita<sup>15</sup>. Essa nota de Rorty é a mais preciosa do livro. Desenvolvo-a. É de direita a obsessão pela pureza: daí o risco de ela deslizar para a xenofobia e mesmo a chacina social. Já a esquerda, leiga e contrária à exclusão, não pode pensar assim. Mas o problema (sempre segundo Rorty) é que a “esquerda cultural” tem lido os Estados Unidos nessa linha,

<sup>13</sup> Tratado de 1848 entre Estados Unidos e México que pôs fim à guerra entre estes países (Rorty, *Para realizar a América*, op. cit., p. 68). Por este tratado os estadunidenses consolidaram, definitivamente, a anexação de cerca de metade das terras mexicanas ao seu vasto território.

<sup>14</sup> Rorty, *ib.*, p.68.

<sup>15</sup> Rorty chega a afirmar que “a incapacidade de perdoar pode facilmente tomar a forma que tomou na teologia da nação do Islã” (*ib.*, p. 48).



caçando os vestígios de seus pecados originais. Em vez de apostar no *poder construtor da democracia*, investe contra legados indelévels de reações passadas. Mas com isso se impede de agir, porque só pode haver ação quando se perde a mania da pureza. Esses são pontos positivos do livro<sup>16</sup> (ênfase nossa).

Chamar de “erro” os crimes estadunidenses é um eufemismo estridente. Quem os cometeu deveria, sim, se arrepender de seus “pecados”, em vez de ignorá-los ou esquecê-los em nome do “poder construtor da democracia”, ou de qualquer outra forma de governo, por melhor que seja, ou possa vir a ser.

Além da alegada capacidade de “autocorreção”, Janine evoca e explora outras “qualidades” da democracia segundo Rorty. Referindo-se, aparentemente, aos direitos instituídos para os estadunidenses, afirma que “para os direitos do cidadão não houve regime melhor”. No entanto, foi o próprio Rorty que nos sugeriu ignorar a história quando esta nos leva a constatar que a democracia não nos levou a um mundo mais justo. Por que deveríamos usar critérios diferentes, considerando a “história da instituição de direitos” e

desconsiderando a história dos chamados “erros” da democracia?

Mais perplexos nos deixa Janine ao argumentar que “a democracia é o regime do autogoverno: seus erros, sendo humanos, podem corrigir-se”. Afinal, qual erro, de qual governo, não é humano? Mesmo os ditadores e tiranos genocidas são humanos. Ou não? Em relação à miséria dos povos oprimidos e à intervenção armada em países insubmissos, a democracia estadunidense, longe de ter mostrado interesse em corrigir seus erros, os reproduz em escala exponencial.

Diz ainda que onde ela vigora, “a cidadania só cresceu”. Mera tautologia, se não esclarecermos o que se deve entender por cidadania. Se não lhe restringimos o conceito à esfera jurídico-política, mas nele incluímos a dimensão ética, isto é, a luta para enfrentar os problemas mais básicos da sociedade<sup>17</sup>, fica difícil aceitar a tese de que a cidadania só se amplia onde reinam os “regimes democráticos”. A menos que se reduza a cidadania ao voto.

Enfim, o argumento de que “nunca existiram guerras entre democracias” só seria minimamente aceitável se os regimes “democráticos” não só não guerreassem entre si, mas também não

<sup>16</sup> Renato Janine Ribeiro, “Os pecados da democracia americana”, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 27/2/2000.

<sup>17</sup> Ver Almeida, Danilo Di Manno, *Corpo em Ética: perspectivas de educação cidadã*, São Paulo: UESP, 2002.





provocassem as guerras, não as incentivassem e principalmente não as desencadeassem. Ou estão querendo dizer que os liberal-democratas só pararão de provocar guerras quando todos aceitarem à força suas regras democráticas? Em todo caso, é muito mais rentável massacrar os nativos nas colônias. Não há de ser preciso pormenorizar as ações terroristas da CIA e do Pentágono por todo o mundo, nem o massacre dos palestinos pelo Estado oficialmente “democrático” de Israel para mostrar a fragilidade dos argumentos destes pensadores. Salvo a acreditar na alegada inspiração das guerras de Bush pai e filho (“liberdade duradoura”, “escudo da liberdade”) e nos objetivos “humanitários” de incontáveis e incessantes massacres e bombardeios que tomaram a democracia e os direitos humanos como pretexto, inclusive a mais recente invasão do Iraque<sup>18</sup>.

Embora Janine sirva-se, em sua resenha, da expressão “*segundo Rorty*”, o modo como formula e desenvolve a questão da democracia mostra claramente sua afinidade com a visão do pensador estadunidense, para o qual ela é uma espécie de religião cívica:

“A democracia, como poder de laicização crescente das relações

sociais, que ela emancipa das transcendências religiosas, será capaz de liquidar seus débitos pendentes, internos e externos? Terá ela um potencial imanente de vencer suas falhas?” [...] “A nova esquerda notou que havia uma muralha social na democracia: essa se assentava numa mentira, excluindo mulheres, negros, homossexuais, estrangeiros. Vencer a exclusão exigiria bombardear de fora o regime democrático que por sua vez bombardeava, no exterior, milhões de asiáticos, e, no interior, a oposição. O Vietnã e o Watergate foram o ponto de virada dessa democracia fechada. Depois, houve uma expansão democrática, ampliando os direitos humanos nos Estados Unidos e alastrando a democracia pelo mundo. Prevalceu a democracia, como potencial leigo de superação interna de suas próprias falhas. Mas essa leitura, que suponho ser a de Rorty, vale ainda? Se o balanço político e institucional dos anos 90 é positivo, o balanço social não o é. A interferência norte-americana, que favorece a agenda política, não procura reduzir, longe disso, a desigualdade social”.

<sup>18</sup> Esses argumentos não são expostos diretamente em *Para realizar a América* de Rorty. Janine os formulou com base em várias passagens do livro, bem como no próprio tema, que perpassa indiretamente toda a obra.



Embora Janine questione o poder imanente da democracia, para ele, “tem dado certo a convicção de que só se expande a democracia por sua ampliação [...] o que, aliás, foi uma lição importante para a esquerda dos anos 60, que acreditava no contrário e por isso fez a equivocada opção por uma luta armada em que foi vencida”. Descontada a tautologia (expandir-se por ampliação e ampliar-se por expansão nos parece dar no mesmo), ele nota que o problema do livro já começa no título *Para realizar a América*, que retoma a velha confusão entre Estados Unidos (que cobre menos de 1/4 do continente) e América. Pergunta se esta metonímia constitutiva da auto-imagem estadunidense teria sido uma exigência de Rorty e de sua editora. Mas qualifica de “confusão entre a parte e o todo”, ou “entre o particular e o geral”, que “ilustra bem a dificuldade que teve a democracia norte-americana em lidar com o resto do mundo”, tanto assim que “foi um dos produtos que aquele país menos teve sucesso em exportar”. Discordamos de que haja qualquer “confusão”. Tomar a parte pelo todo, atitude comum àqueles que se consideram a totalidade, é um tema tão

desmascarado por filósofos latino-americanos que não é possível considerar a metonímia americana como fruto de um equívoco léxico. Excessivamente condescendente para com os Estados Unidos, Janine apresenta uma atitude proposital, hegemônica e imperialista, como se fosse um “não saber lidar”, ter “dificuldade em exportar este produto”, ocultando assim a história da relação dos Estados Unidos com o mundo.

Não foi por falta de sentido crítico e sim para expressar suas idéias políticas que os tradutores colocaram *América* e não *Estados Unidos* no título da versão brasileira. Não contestaram, como Janine, a metonímia Estados Unidos = América, a despeito de Rorty ter deixado claro já no título original, “*Achieving our Country*”, seu orgulho de estadunidense bem-sucedido, que escreve um livro sobre “nosso país”, dirigido, portanto a seus compatriotas<sup>19</sup>. Tanto assim que a história, os romances, e os problemas dos Estados Unidos, que constituem o recheio do livro, não aparecem como meros exemplos, mas antes como referências essenciais da argumentação. Sintomaticamente, os próprios editores tiveram que transformar as notas de rodapé do livro em

<sup>19</sup> Rorty se preocupa com a possibilidade de os Estados Unidos se tornarem um mundo orwelliano, com uma “superclasse” de profissionais instruídos, de vida confortável, cosmopolitas que controlariam o mundo, no lugar do Big Brother. Ele diz com todas as letras que esta “superclasse” seria composta por pessoas como eu ou você (cf. *Para realizar a América*, p. 124). Neste momento fica mais explícito aquilo que já era visível, o interlocutor em *Para realizar a América*, são estadunidenses como Rorty e não um latino-americano como nós.





uma espécie de glossário onde informam a identidade de muitos autores e o conteúdo das obras mencionadas por Rorty, as quais, em sua maioria, são desconhecidas do público latino-americano. A constante menção ao universo cultural estadunidense comprova, inequivocamente, que ele se dirige ao leitor estadunidense, que tem condições de identificar as referências com facilidade. É de supor que os tradutores brasileiros não contestaram o título para reforçar a metonímia, incluindo-se no sonho americano de Rorty.

#### Sonho americano?

Um mês após Janine publicar sua resenha, Ghiraldelli Jr. escreveu uma breve contra-resenha, “Questão de Fidelidade”, justificando sua tradução. Nesta breve resposta, ele diz que o sonho americano (dos imigrantes que queriam a liberdade, a tolerância religiosa, o aumento da igualdade econômica, o crescimento da riqueza cultural e moral) não somente não morreu, mas tampouco se limita aos Estados Unidos. Para Ghiraldelli, o sonho americano de que fala Rorty é a expressão de tudo que for contrário aos males do Velho Continente.

Contudo, como já notamos, basta ler o livro para perceber que Rorty trata apenas dos Estados Unidos. Poderíamos citar aqui muitas outras passagens que reforçam nossa visão, mas não acreditamos que valha a pena; é ao longo de todo o livro que convoca os estadunidenses para a construção de um país que ele acredita estar em perigo. Seus apelos são para que a esquerda se una para evitar problemas como os dos americanos de classe média que já não conseguem ganhar 30.000 dólares ao ano e, portanto, terão que baixar seu padrão de vida, ou dos operários estadunidenses que perdem seus empregos para os mexicanos (com a mudança da linha de produção de fábricas que migram para outros países em busca de mão-de-obra mais barata) e outros problemas nesta mesma esfera<sup>20</sup>. Trata-se de uma convocação à população estadunidense, a seus filósofos, políticos, artistas e romancistas para retomar o orgulho nacional perdido e com isso “realizar” o país deles. Isto tudo em uma linguagem que repete discursos do senso comum travestido, por vezes, do vocabulário da ciência política.

No entanto, para os propósitos de Ghiraldelli, a tradução parece bem

<sup>20</sup> Rorty fala em castas que começam a aparecer no país, em padrão de vida de 75% dos americanos que começam a cair, em insegurança econômica que começa a aparecer, casais de americanos onde as esposas se quisessem podiam ficar em casa cuidando dos filhos e agora não podem mais (ib., pp.199 e ss.). Ghiraldelli realmente acha que Rorty está tratando de alguém além dos estadunidenses?



apropriada. Em recentes discussões<sup>21</sup> ele manifestou seu desejo de “fazer do Brasil um Estados Unidos melhor” (“mais moderno e mais inteligente”) e aposta no PT para realizar este feito. Segundo ele, inspirando-se nas idéias de Janine, é chegado o momento de a tradição republicana conviver com a tradição democrática “e Lula como social-democrata (um estadista) pode diminuir um pouco a miséria do país (e isso na sua opinião já seria muito!) e pode principalmente, sem mexer na tradição republicana, controlar e comandar o país”. Ghiraldelli sonha o velho sonho americano, admira a velha institucionalidade política estadunidense (os dois partidos) e estende isto para o nosso país.

Sonhos que, segundo ele, são baseados em uma certa “instrução filosófica” e a partir das idéias de Janine.

Tanto Rorty quanto Ghiraldelli sustentam que ser contra o imperialismo norte-americano é velho, ultrapassado. Ghiraldelli ridiculariza a existência de comunistas, diz que o movimento antiglobalização vindo do Fórum Social Mundial de Porto Alegre nasce velho (composto por professores e universitários que perderam a noção da história)<sup>22</sup>. Parece esquecer-se (apesar de se dizer de esquerda) de que defende algo tão “velho” quanto é o sistema capitalista e deseja um sonho tão velho como é o sonho americano.

<sup>21</sup> Cf. a lista de discussão on-line: [groups.yahoo.com/group/virtual-filosofia](http://groups.yahoo.com/group/virtual-filosofia).

<sup>22</sup> Não é raro encontrarmos nas falas de Ghiraldelli respostas em nome da filosofia sobre as coisas ou sobre quem são os verdadeiros filósofos ou ao que cabe a um filósofo pensar. Na mesma discussão que mencionamos no texto, ele lamenta o fato de filósofos que lêem Hegel em alemão “gastarem sua pena” criticando a globalização, a postura dos norte-americanos etc.; provavelmente ele acredita que homens com tal “superioridade” (ler em alemão) deveriam gastar seu precioso tempo com temas “mais importantes” que a globalização.

